

Comissão lança nova plataforma pública

A Comissão Europeia lançou o Kohesio, uma plataforma pública em linha que reúne todas as informações sobre mais de 1,5 milhões de projetos em todos os 27 Estados-Membros financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu (FSE). É a primeira vez que uma plataforma tão abrangente de dados de projetos, que estará disponível em todas as línguas da UE, é criada e disponibilizada a todos.

Políticas monetárias do BCE e da Fed divergem

As políticas monetárias do Banco Central Europeu (BCE) e da Reserva Federal dos Estados Unidos (Fed) vão divergir num futuro próximo, defendeu Christine Lagarde, presidente da instituição sediada em Frankfurt. A guerra da Ucrânia está a ter efeitos muito diferentes nas economias da Zona Euro e dos Estados Unidos, pelo que as duas economias estão numa situação desigual do ciclo económico.



PAULO VAZ
Jurista e Gestor

Serviços mínimos para um tempo de exigência máxima

O mundo está a viver o seu momento mais instável desde a Segunda Grande Guerra, receando-se que possa ainda piorar. E muito. Depois de uma pandemia, que ainda não terminou, temos um conflito bélico, cada vez mais violento, na Europa, às portas da União e da NATO. E o que faz o Governo que temos nesta conjuntura de tensão máxima e de exigência suprema? Serviços mínimos! O mínimo possível. Deixando passar o tempo languidamente para que se repitam as eleições legislativas no círculo da Europa e fora da Europa, que já nada influem nos resultados, não comprometendo a maioria absoluta que o PS conquistou e que até surpreendeu António Costa a ponto de parecer incomodado com ela.

No limbo em que a incompetência do Governo e a inépcia dos restantes partidos que colaboraram com trapalhada em que se vive, que até envergonharia muitos países africanos, atrasando a tomada de posse do Executivo, damos conta que vivemos há quase cinco meses sem a equipa de Costa se revele, antes refugiando-se numa longa licença sabática ou férias forçadas, o que, não fosse o sobressalto da guerra no Leste da Europa, poderia até ser benéfico para economia portuguesa. Fazer pouco ou nada pode até trazer vantagens para o resto da sociedade que realmente realiza.

Infelizmente, os efeitos do conflito entre a Rússia e Ucrânia estão cada vez mais vívidos entre nós, especialmente no aumento descontrolado da inflação, com especial destaque no escalar do preço da energia, que está já a obrigar empresas a paralisar a sua atividade, não podendo continuar a operar pelo acumular de prejuízos, arruinando-se a grande velocidade. Isto não exige serviços mínimos, menos ainda o habitual refúgio no argumento de que há que concertar posições com a Europa ou que a Europa não deixa, a que se acrescenta agora convenientemente a invocação da natureza de um governo em gestão, pois há outros países da UE que não esperaram para tomar medidas, algumas mesmo corajosas, de modo a não deixar colapsar as suas economias. Esses não invocaram a Europa ou outras desculpas: agiram. Com tanta luminária nos corredores de São Bento, não há quem consiga explicar ao Primeiro-Ministro duas coisas essenciais: a seguir a este Governo, cuja legislatura terminará no final do mês, haverá outro legitimado parlamentarmente por uma maioria absoluta do partido de que ele é secretário-geral, pelo que fazer já o trabalho de casa e preparar antecipadamente medidas seria um ato de clarividência política e de sentido de Estado, que obviamente parece faltar, certamente porque nunca existiu; e que, além disso, se medidas urgentes não forem atempadamente tomadas, haverá um encerramento maciço de empresas, com consequente desemprego, perda de riqueza e de exportações, tornando exangue uma economia já por si debilitada pela pandemia e da qual nem sequer conseguiu ter tempo para um fôlego de recuperação.

Se o Governo, este e o próximo, pois a sua liderança manter-se-á, não está a cumprir com que se lhe impõe, pergunta-se igualmente onde anda a oposição, que não se ouve falar e menos ainda agir, presa num quase unanimismo de folclórica simpatia pela Ucrânia, que é mais do que desejável e merecida, mas que não pode ofuscar as preocupações pelo próprio país, cujas fragilidades, também com este conflito, vão tornar-se ainda maiores.

“

Devíamos estar a levar muito mais a sério o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, pois vai mudar profundamente o paradigma das nossas vidas

”

No momento em que escrevo esta crónica, não conheço ainda a composição do próximo Governo, mas, admitindo que os prognósticos batem certo, teremos um Executivo mais pequeno, mas não necessariamente mais eficaz, com Ministros em áreas-chave que deveriam ser competentes tecnicamente e ter preocupações reformistas, colocando o interesse do país à frente do seu próprio destino ou carreira, mas que, por serem simplesmente concorrentes na sucessão de António Costa, se digladiarão por mostrar serviço destinado a satisfazer as suas próprias fações ou clientelas, com a condescendência do Primeiro-Ministro, que assim tem organizado uma espécie de concurso para a sua continuidade, sem ter que assumir a responsabilidade da escolha, evitando pesar-lhe na consciência mais esta decisão fundamental. Muito ele: António Costa a ser António Costa. Por outras palavras, há que baixar e muito as expectativas que podemos colocar nesta legislatura, que, não sendo destinada a reformar o país e em retomar a rota de crescimento e da convergência, será essencialmente um folhetim de golpes e contragolpes palacianos entre os putativos sucessores do atual Primeiro-Ministro, uma espécie de novela shakespeariana, certamente com menos qualidade literária e com sangue felizmente apenas em sentido figurado, enquanto o país permanece calado, contemporizando, amorfo, a oposição entretida igualmente em disputas internas e o Presidente da República cada vez mais perdido na função, sem saber o que exigir e sem saber exercer a autoridade para o efeito, dispersando-se em discursos esdrúxulos e descontextualizados, em deslocações ao exterior despropositadas, a prometer o pior para os anos que aí vêm.

Devíamos estar a levar muito mais a sério o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, pois vai mudar profundamente o paradigma das nossas vidas. Muito para lá da subida dos combustíveis ou da generosidade na receção de refugiados da guerra, deveríamos estar a preparar-nos para essa mudança, mas optamos por ser espetadores, limitando envolvimento, fazer o menos possível para que ninguém dê por nós, exigindo-nos compromisso, sacrifício e responsabilidades. O tempo vai dizer-nos que a opção de pouco ou nada fazer nos vai trazer afinal todos os inconvenientes sem nenhuma das vantagens da mudança em curso. O costume, afinal.

Prevenção e Mediação de Conflitos

Silke Buss
Mediadora de Conflitos,
Especialista
em Comunicação



Bennett, Çavuşoglu e Papa revelam-se mediadores de conflitos?

“Mediação turca não fez avançar diálogo entre Rússia e Ucrânia”, diz uma manchete do Expresso. “Ministro ucraniano agradece ‘esforços de mediação’ de Israel”, reporta a SIC. E o Público anuncia: “Papa oferece a mediação da Santa Sé”. Desde a guerra russa na Ucrânia, escreve-se e fala-se muito sobre mediação. Qualquer primeiro-ministro ou chefe de diplomacia parece ser um potencial mediador de conflitos. Será talento nato ou formação obrigatória para o cargo?

A questão é outra. Quando os meios de comunicação falam em “mediação”, estão a referir-se a uma conciliação ou negociação, mas não a uma mediação de conflitos, como a lei a define, com princípios e estrutura determinados. O problema está no termo “mediação” que faz parte do vocabulário desde sempre e raramente se refere à “mediação” como método de resolução de conflitos fora dos tribunais, que começou a ser mais conhecida desde a publicação da Lei de Mediação em 2013. Quando se fala em mediador, as pessoas pensam mais facilmente num agente imobiliário ou de seguros do que num mediador de conflitos. Para complicar ainda mais: o papel do mediador de conflitos é bem diferente dos mediadores imobiliários ou de seguros. Ele não sugere a melhor solução nem tenta convencer ninguém. A sua função é outra: assegura, como elemento imparcial da mediação de conflitos, o respeito pelos sete princípios (voluntariedade, confidencialidade, igualdade e imparcialidade, competência e responsabilidade, independência e executoriedade) e conduz pelas cinco fases da mediação. Com as suas técnicas de comunicação, estimula a reflexão e reinterpretação, amplia a visão e abre caminho para que as próprias pessoas em conflito consigam distanciar-se do conflito, focar-se no futuro e encontrar uma solução com a qual todas podem viver bem no futuro.

Esta característica, de serem as próprias pessoas a resolver o seu conflito, é única na mediação e é por isso que a mediação é considerada o método mais sustentável de todos os métodos extrajudiciais. Outro ponto fortíssimo é o facto de serem puxados para a superfície os verdadeiros objetivos, necessidades, desejos, medos e preocupações. Desta forma, a relação recebe uma nova base, uma base sólida e propícia, uma base criada e elaborada pelas pessoas em conflito durante a mediação com a ajuda do mediador. O mediador de conflitos não exprime a sua opinião, mantém-se neutro, também em relação à solução encontrada.

Na mediação a que os “media” se referem, o papel do mediador é outro. Mais correto seria chamar-lhe conciliador. O conciliador tem um papel ativo na procura de uma solução. Faz sugestões, negocia, avalia e comenta. Contribui com a sua opinião e o seu ponto de vista para as pessoas em conflito chegarem a um acordo. No caso da guerra na Ucrânia, pode ser – esperemos que seja – um método viável, uma vez que a mediação esgota a sua capacidade de intervenção em níveis da escala considerados destrutivos, onde ambas as partes ficam a perder – são os níveis 7 a 9, segundo a teoria da escalada do conflito de Friedrich Glasl. Uma guerra é nível 9. Esperemos que se encontre uma personalidade que seja uma forte conciliadora para restabelecer a paz.

Silke Buss 938223762 | sbuss@buss.pt
www.mediacao.buss.pt
BUSS Comunicação